

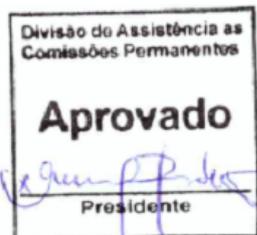


**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
**Casa de Eptácio Pessoa**



**ATA**

---



ATA DE 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA REMOTA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, PARA DEBATER A EDUCAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO DA PARAÍBA, EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19., REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2020.

Às quatorze horas do dia dezesseis de abril de dois mil e vinte, através do Sistema Eletrônico de Vídeo Conferência da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Desporto, com objetivo de debater a educação nas instituições privadas de ensino da Paraíba, em tempos de pandemia do COVID-19. Sob a Presidência da Deputada Estela Bezerra, que “Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano”, declarou abertos os trabalhos da presente Comissão. Em seguida, todos os órgãos, instituições, seus representantes e partes envolvidas se apresentaram e declaram que buscam o bom debate a fim de tomarem uma decisão justa. Na sequência, os deputados Chió, Dr. Érico, Anderson Monteiro, Nabor Wanderley, Jeová Campos, Adriano Galdino, Jutay Meneses, Camila Toscano, Taciano Diniz, Dra. Jane Panta e Dra Paula se apresentaram e prestaram apoio para com o tema, a fim de ouvirem as partes envolvidas e encontrarem uma solução justa diante de um tema tão delicado. Proferiram sobre a possibilidade da redução das mensalidades da rede privada de educação, haja vista que há um menor gasto para essas instituições no cenário atual. Em seguida, o estudante João Erle, presidente do DCE da FPB, proferiu que irá representar os estudantes da FPB, a fim de contribuir com o bom debate. A deputada Estela Bezerra agradeceu a todos os ouvintes da presente sessão. Na sequência, o deputado Dr registrou a presença do Senhor Mairá, do PROCON de Patos. Em seguida, o deputado Anderson Monteiro, secretário da presente comissão,

leu o Edital de Convocação. A deputada Estela Bezerra requisitou para que haja uma alteração de tal edital, a fim de debater um ponto específico. A deputada Estela Bezerra proferiu que a rede privada de educação contribui para o acesso à formação de muitas famílias. A parlamentar relatou que precisam encontrar uma solução para tais instituições, haja vista que estamos enfrentando um momento de fragilidade. Proferiu que há mais de 34 matérias que estão tramitando nas Casas Legislativas de vários estados do país, em que 4 Projetos de Lei foram apresentados na Casa de Eptácio Pessoa. Proferiu que tais projetos comungam no sentido de redução de tais mensalidades. Relatou que tais matérias serão tratadas na próxima semana e que tal reunião será de fundamental importância para encontrar um consentimento das partes. Pronunciou ainda, que a maior parte da Casa pretende aprovar essa matéria. Relatou que o deputado Adriano Galdino foi ameaçado devido a tais medidas, mas que agiu de forma assertiva e coerente. Em seguida, o deputado Jeová Campos, por questão de ordem, sugeriu que o tempo seja determinado para cada orador. A deputada Estela Bezerra proferiu que a metodologia será de 3 minutos para cada participante, logo após, as falas dos deputados, e uma reinserção para encaminhamentos. Declarou que a fala da Senhora Késsia Cavalcante será de maior tempo, haja vista que representa o PROCON. Na sequência, a senhora Késsia Cavalcante, Superintendente do PROCON, proferiu que este momento precisa haver equilíbrio, a fim de ouvir as partes e refletir sobre a situação de todos. Declarou que tal momento é necessário entender a cadeia de consumo como um todo, a fim de haver uma negociação das partes. Pronunciou que a ética deve prevalecer, para que não haja desarranjo de nenhuma parte. Proferiu que o PROCON irá participar deste momento de reflexão, para que sejam tomadas decisões justas e coerentes com a realidade atual. Proferiu que as escolas estão tendo menores gastos, e que precisam, portanto, entender a situação de muitos pais. Parabenizou novamente a Assembleia Legislativa por tal discussão. O deputado Jeová Campos solicitou para que todos os oradores se apresentem no início da fala. Na sequência, o professor Odésio Medeiros, presidente dos sindicatos das escolas particulares da Paraíba - SINEPE, proferiu que as escolas anteciparam as férias, e que as aulas não ministradas serão compensadas, a fim de cumprir as 800 horas obrigatórias de sala de aula. Declarou que as aulas online são atividades complementares e que 95% das escolas não possuem caixa suficiente para lidarem com este momento. Proferiu que o maior problema é a manutenção de tais funcionários. Declarou que as escolas estão abertas para negociarem com os pais da melhor forma. Proferiu que por conta das férias antecipadas, pagaram o terço de férias.

Relatou ainda, sobre as escolas de educação infantil, em que os pais estão pressionando as escolas para o retorno das aulas. Declarou que as escolas estão dispostas a negociarem com os pais. Proferiu que precisa haver um bom senso para tomarem uma decisão justa. Relatou que os funcionários estão sendo pagos. Pronunciou que estão preparadas para um sistema online, a fim de que o aluno possuía assistência educacional. Pronunciou que 60% da receita das escolas é pessoal, e que, portanto, estão enfrentando uma situação complicada. A deputada Estela Bezerra perguntou sobre o custeio das escolas maiores acima de 200 alunos. O professor declarou que as despesas são proporcionais ao porte, e que pagam em média 15 a 20 mil de energia e 5 mil de água. Em seguida, a Senhora Verônica, mãe de aluno de rede privada, declarou que a educação infantil não terá ensino EAD e portanto, a escola não terá tais gastos. Declarou que os pais estão sofrendo com a diminuição de seus salários, e que não querem o corte de profissionais da educação, mas que a escolas negociem a fim de gerar a melhor forma para baratear esse custeio, de acordo com o porte das mesmas. Em seguida, o professor Odésio Medeiros proferiu que o ensino fundamental até o 5º ano não pode ser dado em aula EAD, e que os conteúdos serão mantidos para que os alunos não fiquem sem atividade em casa, e que tal economia será dada mais a frente com aulas extras e reposições. A deputada Estela Bezerra declarou que o governo só obriga uma carga de 60% a tais aulas de ensino infantil, e portanto, a cobertura seria a esse tipo de interpretação. Com a palavra, logo após, o Senhor Danilo, representante da Associação dos professores de Espanhol do Estado da Paraíba, que relatou a angústia de alguns professores e o medo que paira entre eles sobre a possibilidade de haver uma perda e uma diminuição salarial. Ele disse ainda que, como pai, preocupava-se com a situação das instituições de ensino, apontou o motivo de ele de estar participando da presente audiência, demonstrou também a preocupação com os trabalhadores de segurança e limpeza do sistema de ensino privado do Estado e com a situação de suspensão do contrato de trabalho dos outros empregados. Por fim, agradeceu a oportunidade. Falou em seguida o Senhor Paulo Loureiro, que, após cumprimento de praxe, parabenizou a iniciativa da deputada Estela Bezerra, frisou que a relação de consumo das escolas com os pais contratantes era regida por uma lei federal e que esta norma já determina que as instituições destaquem uma planilha de gastos e que se faça uma projeção das receitas e despesas anuais para que os órgãos de defesa do consumidor fiscalizem a atuação delas. Depois ele apresentou algumas alternativas e sugestão para o caso das aulas, lembrou que a carga horária das escolas estão mantidas e afirmou que a proposta sugerida pelo

Procon estadual era impraticável porque não levava em consideração o conjunto de operações educacionais com base na planilha anual e com base nas despesas de anos anteriores. Por fim, ele agradeceu a oportunidade da fala. Logo após, usou da palavra a Senhora Jaqueline Freitas, que endossou as palavras dos que a antecederam, lembrou que a diminuição das despesas das instituições no período de férias escolares já estariam dentro do planejamento e que as escolas também estão fazendo investimentos mesmo em períodos de recesso. Ela distinguiu o ensino remoto do EAD (Ensino à distância), lembrou da previsão das horas contratuais e disse que haverá necessidade de banco de horas no momento do retorno das atividades. Por fim, ela asseverou que a situação dos pais precisa ser vista caso a caso, com um diálogo aberto, levando-se em consideração a realidade de cada família. Concluiu o discurso agradecendo a oportunidade. Depois, falou o Senhor Daniel Cavalcante, que afirmou que o desconto linear nas mensalidades seria prejudicial tanto para a educação básica e o ensino superior, falou das mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional trouxeram mais atribuições às instituições de ensino privado e frisou que elas deverão arcar com as despesas posteriores quando da volta às aulas. Ele disse ainda que o ensino remoto demandou mudanças para as instituições, que os gastos com água e luz não mudaram de forma significativa e que os encargos sociais e trabalhistas foram mantidos. Ele ainda falou da distinção entre a educação básica e a superior, disse que o período letivo deverá ser cumprido normalmente e frisou que um lei estadual que trata da diminuição ou desconto na mensalidade estaria eivada de um vício formal de constitucionalidade. Logo após, participou o Senhor Paulo da Luz, que disse que as instituições de ensino estavam trabalhando com o atendimento remoto, que elas estão realizando algumas atividades normalmente e que essa realidade de ensino remoto trouxe custos e investimentos que precisaram ser feitos por elas. Disse ainda que outros tipos de investimentos estariam sendo aplicados devido ao aumento e adequação de certos serviços. Depois ele destacou as recomendações e orientações de diálogo apresentadas pelos Procon Estadual, disse que compreendia o papel da Assembleia e dos pais e que o diálogo entre as partes contratantes deveria prevalecer, levando-se em conta as considerações apresentadas por cada família. Na sequência, houve a participação do Senhor Giusepe, que falou da prejudicialidade às instituições de ensino privado caso seja aprovado o projeto que determina o desconto linear nas mensalidades, analisou a diferença do valor salarial e das mensalidades das escolas, lembrou aumento nos atrasos e inadimplentes, destacou as despesas das instituições com férias antecipadas

e lembrou que o gasto com água, luz e energia serão dobradas mais adiante com a reposição das aulas. Ele ainda distinguiu a situação dos colégios infantis, das creches e de quem trabalha com o ensino fundamental e assegurou que os custos e as despesas continuaram praticamente os mesmos com a mudança da educação presencial para a educação remota. Por fim, ele mencionou que, no caso dele, a redução no orçamento da instituição dele seria de 7% caso as aulas não retomassem em junho e que o mais prudente seria o diálogo entre os pais e as instituições, levando-se em consideração particularidade de cada um. Enfim, ele agradeceu a oportunidade de ter participado da sessão. Logo após, usou da palavra o Deputado Jeová Campos, que apresentou algumas sugestões e ideias para serem implementadas ao projeto de lei, sugeriu também a realização de uma grande assembleia para serem ouvidas mais pessoas, demonstrou sensibilidade à ideia de um desconto progressivo e não linear nas mensalidades e disse que iria votar favorável à proposta apresentada pela Deputada Estela Bezerra. Em seguida falou o Senhor Ricardo Berilo, que fez análise ampla da situação por ser ele advogado, pai e professor de instituição de ensino superior privado, externou a preocupação dele sobre a situação dos institutos de ensino, destacando que cada entidade possui uma realidade diferente, que a não despesa com água, luz e energia impacta de forma mínima às instituições e que o mais adequado seria tratar caso a caso, com pais e colégios. Por fim, agradeceu o espaço de fala. Falou logo após o Deputado Chió, que, em poucas palavras, agradeceu a participação dele e parabenizou a condução da Deputada Estela pela audiência. Por fim, usou da palavra a Deputada Estela Bezerra, que fez menção para os encaminhamentos e destaques apresentados por cada um, mostrou preocupação com a situação dos alunos, professores e empregados, disse que não havia como tratar os desiguais de forma igualitária e que a realidade que se apresentava deveria ser levada em consideração, assim como a situação particular dos pais, preservando-se o direito à educação de todos e ao emprego dos trabalhadores. Disse também que nenhuma das ideias aqui apresentadas deixaria de ser levada em consideração pela referida Comissão e tudo seria encaminhado para o plenário da Casa. Por fim, determinou encerramento da presente audiência. Ato contínuo a Sra. Presidente passou a palavra para o Deputado Adriano Galdino, onde após os cumprimentos de praxe, explanou que estamos vivendo uma verdadeira guerra contra um inimigo invisível que é o corona vírus, evidenciou a crise financeira gerada com essa pandemia, explicou que passamos por um momento de incertezas, mas enfatizou as perdas nas arrecadações, o que gera uma crise generalizada, citou as economias de custos que as



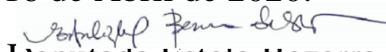
instituições de ensino estão se beneficiando, explicou que o trabalhador comum em geral de todos os setores comerciais do Estado estão prejudicados, não estão conseguindo pagar suas contas, portanto defendeu que essas economias de custos devem ser repassadas em forma de desconto nas respectivas mensalidades. Em seguida a Sra. Presidente passou a palavra para o Sr. João Erle Fonseca, presidente do diretório central dos estudantes – DCE da FPB, onde após os cumprimentos de praxe, passou um pouco da visão dos estudantes em geral sobre o assunto, comentou que as instituições que já funcionam de forma EAD não sofreram nenhuma interferência sobre as medidas tomadas nesse período de pandemia, explicou que essa ideia do desconto nas mensalidades não faz sentido se aplicar as instituições que já funciona desta forma, demonstrou preocupação, pois esta medida se torna interessante na teoria, porém pode prejudicar mais do que ajudar as instituições de ensino em geral. Logo após a Sra. Presidente passou a palavra para o Deputado Taciano Diniz, onde após os cumprimentos de praxe, explicou que todos estão sendo prejudicados e pagando algum preço pelo confinamento existente, defendeu que as instituições de ensino, as quais estão tendo economias de custo com o fechamento das mesmas, devem repassar estes custos economizados em suas mensalidades, comentou que esta medida dará um melhor apoio e alívio financeiro para os pais e demais pagadores, porém, também defendeu um certo equilíbrio entre os percentuais propostos para que não se prejudique demais algumas instituições e outras não, pois justificou que cada escola tem sua realidade e precisa ser observado esse ponto. Na sequência a Sra. Presidente passou a palavra para o Sr. Mainá Araújo, representando o Procon de Patos, onde após os cumprimentos de praxe, lamentou a crise vivenciada por todos, defendeu a ideia de um certo ponto de equilíbrio entre pais e escolas, pois justificou que algumas medidas podem gerar desempregos e quebra de contrato nas instituições, citou que o pagamento do terço de férias para os funcionários já estão nos planejamentos anuais de custos das escolas, o que não se justifica explicar que se teve prejuízo com a antecipação das férias escolares. Dando seguimento a Sra. Presidente passou a palavra para a Deputada Dra. Paula, onde após os cumprimentos de praxe, defendeu um melhor estudo para se haver um equilíbrio entre as escolas e os pais, explicou que toda a preocupação deve ser voltada para a educação, os alunos não podem sair prejudicados, lembrou que a educação é o principal pilar para as desigualdades sociais e para uma melhor saúde no País, lamentou as inadimplências sofridas pelas instituições de ensino, porém explicou que os pagadores de mensalidades estão prejudicados nesse momento e não estão



conseguindo pagar suas contas em geral, no entanto, enfatizou que a melhor solução é o diálogo e negociação direta entre escolas e pais, para que se chegue a um denominador comum entre as duas categorias. Ato contínuo a Sra. Presidente passou a palavra para a Deputada Camila Toscano, onde após os cumprimentos de praxe, comentou que existem diferenças a serem consideradas entre as escolas infantis, as de ensino médio e superior, o que repudiou uma medida de forma linear para todos, defendeu que todos os casos sejam estudados de forma diferenciada, para que não se prejudique alguns mais do que outros, pois justificou que se algo for tomado de maneira errada, gerará um desemprego em massa relacionado aos funcionários das instituições de ensino. Em seguida a Sra. Presidente passou a palavra para a Deputada Dra. Jane Panta, onde após os cumprimentos de praxe, concordou com a fala da Deputada Camila Toscano, defendeu uma maior cautela nas decisões para que não se prejudique o próprio trabalhador, repudiou possíveis demissões por parte das instituições de ensino, enfatizou que os descontos de forma linear devem ser desconsiderados, porém explanou que os pais e mães precisam de toda a ajuda possível, portanto estes descontos referentes a redução dos custos nas escolas também precisam ser repassados nas mensalidades. Logo após a Sra. Presidente passou a palavra para o Deputado Dr. Érico, onde após os cumprimentos de praxe, explanou que as realidades das escolas são diferentes umas das outras, pois suas arrecadações e estruturas também são diferentes, nesse sentido, defendeu um desconto de maneira escalonada, de forma que atenda cada necessidade das instituições, assim como ajude os pais de alguma maneira justa. Na sequência a Sra. Presidente passou a palavra para o Deputado Anderson Monteiro, onde após os cumprimentos de praxe, reforçou a importância do desconto nas mensalidades para os pais, pois explicou que é necessária uma certa transparência de ambos os lados, enfatizou que realmente existe uma economia de custos durante esse fechamento das escolas, o que defendeu que esses descontos sejam repassados na mensalidade, porém de forma responsável e mais equilibrada possível. Dando seguimento a Sra. Presidente passou a palavra para o Sr. Humberto Malheiros, representando o colégio evolução, onde após os cumprimentos de praxe, explicou que sua instituição fez uma planilha de custos com as despesas citadas em discussão, porém estas despesas são irrisórias em relação as despesas com impostos e folha de pessoal, comentou que os descontos propostos são um pouco altos e fogem um tanto da realidade, explicou que a escola necessitou suspender alguns contratos de trabalho devido à crise vivenciada e que a instituição irá adotar soluções para que os alunos não saiam



prejudicados. Ato contínuo a Sra. Presidente passou a palavra para o Sr. Ricardo Berílio, onde após os cumprimentos de praxe, enfatizou que a crise afeta a todos e as escolas não estão fora disso, exemplificou com as inadimplências sofridas por partes das instituições com essa crise, afirmou que a realidade das escolas são diferentes umas das outras, alegou que os descontos irão sensibilizar ainda mais a parte financeira das escolas, podendo gerar desempregos, assim como explicou que as instituições não estão paradas e estão adotando medidas para que os alunos não saiam prejudicados, ao exemplo das aulas EAD. Em seguida a Sra. Presidente passou a palavra para o Deputado Chió, onde após os cumprimentos de praxe, lamentou um pouco da falta de representatividade por parte dos pais na discussão, lembrou que os pagadores das mensalidades são os mais interessados no debate, defendeu um certo equilíbrio nas decisões a serem tomadas, para que não deixem as classes desprotegidas e prejudicadas umas mais do que outras. Dando seguimento a Sra. Presidente lembrou que a principal preocupação se torna os alunos em geral, explanou que não se pode tomar medidas generalizadas de forma linear para todos, defendeu o escalonamento dos descontos nas mensalidades das escolas, lembrou que está em vigor a medida provisória do governo federal, a qual permite a redução de carga horária e salarial de forma proporcional, onde citou que algumas escolas já estão adotando estas medidas para se manterem nesta crise, agradeceu a presença e participação de todos, elogiou o nível do debate e, não havendo mais oradores inscritos, declarou encerrada a presente reunião. Lavrando a presente Ata, os redatores Anny Elizabeth Maia Cavalcanti Furtado, Frederico Bezerra dos Santos, Assistentes Legislativos e Tiago Farias de Carvalho, Técnico Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas pela Presidenta, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, João Pessoa, 16 de Abril de 2020.

  
Deputada Estela Bezerra

Presidente